



A TV brinca com o Outro: enquadramentos de injustiça no experimento televisivo

*TV plays with others: the
framing of injustice in a
television experiment*



Lucas Afonso Sepulveda¹

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social na Universidade Federal de Minas Gerais, pela linha de processos comunicativos. Mestre e graduado em comunicação social pela mesma instituição. Integrante da pesquisa do Grupo de Pesquisa em Imagem e Sociabilidade. E-mail: afonsepuv@gmail.com

Resumo: Este artigo apresenta uma investigação de dois episódios do quadro “Vai fazer o quê?”, um experimento social televisivo apresentado no dominical *Fantástico* (TV Globo). Realizamos uma análise de enquadramento para compreender os diferentes sentidos sobre as injustiças representadas e encenadas no “Especial de Natal 2013” e “Especial de Natal 2016” do programa. Buscamos, por fim, refletir sobre a proposta do experimento social televisivo em questão e o que ele revela sobre o jeito que nossa televisão e sociedade lidam com o Outro.

Palavras-chave: moral; injustiça; enquadramento.

Abstract: This article investigates two episodes of the segment *Vai fazer o quê?*, a social television experiment shown on the Sunday show *Fantástico* (TV Globo). We performed a frame analysis to understand the different meanings on the injustice represented and staged in the show’s “2013 Christmas Special” and “2016 Christmas Special.” Finally, we sought to reflect on the proposal of the social television experiment in question and what it reveals about how our television and society addresses alterity.

Keywords: moral; injustice; frame analysis.

As manifestações de 2013 marcaram a vida política e cultural dos brasileiros, dos grupos alinhados à direita e à esquerda, sendo um acontecimento cujas consequências ainda são difíceis de apontar. Por trás da diversidade de pautas dos movimentos políticos em 2013 ou nos anos seguintes, sejam os de cor vermelha ou verde e amarela, alguns questionamentos parecem comuns: *o que nos incomoda em nossa sociedade?* Quais são as nossas injustiças e a quem atribuir responsabilidade? Que valores defendemos para nossa vida pública e qual ética nós alimentamos em nosso cotidiano?

O surgimento de um *reality show* na emissora brasileira líder de audiência parece estar ligado a esse contexto de indagação. O “Vai fazer o quê?” surge um mês após as manifestações de junho de 2013 no programa *Fantástico* (TV Globo). Apresentado pelo jornalista Ernesto Paglia, o *reality* é um tipo de “experimento social” televisivo, muito similar aos programas humorísticos de “pegadinhas” – mas sem a intenção do riso. Mantêm-se as câmeras escondidas em praças, ruas, bares e shoppings, mas, dessa vez, o que está em jogo são as questões morais e éticas que situações de conflito, encenadas por atores disfarçados, causam nesses locais.

São cenas de racismo, homofobia, machismo, violência simbólica e física contra pessoas vulneráveis; situações em que são convocados o agir e o senso moral das pessoas comuns. Ao agirem, esses sujeitos desavisados da cena montada acionam diversos sentidos sobre quem está errado ou certo, o que é o melhor a se fazer, como ajudar ou não. Paglia, ao final, entra em cena com cinegrafistas e revela a ficção daquela experiência vivida como se fosse real. Os anônimos são, então, entrevistados e revelam um pouco do que viveram ali.

Esse artigo investiga dois episódios do quadro, o “Especial de Natal 2013” e “Especial de Natal 2016”². Para tratarmos desse material, operamos uma análise de enquadramento (BATESON, 1998; GOFFMAN, 1986; MENDONÇA; SIMÕES, 2012). Buscamos, nessas duas narrativas, os sentidos acionados por diferentes agentes para a pergunta “o que está acontecendo aqui?”, ou seja, *o que está acontecendo naquela encenação*. O *enquadre* se constrói na forma como os indivíduos (e a narrativa) qualificam e interpretam os sujeitos na *situação interativa*, seus posicionamentos e ações, atribuindo também um peso ético e moral a cada troca gestual, a cada mudança na interação.

² Esse é um recorte da pesquisa de mestrado do autor do artigo, na qual outros episódios da série também foram analisados (SEPULVEDA, 2017). A escolha por esses dois de anos tão distintos para este artigo se justifica pelo confronto, em ambos episódios, de um antagonismo social de classe, isto é, o enfrentamento de determinadas desigualdades dentro do contexto comemorativo natalino e seu suposto “espírito ético”.

Esses sentidos acionados são de grande riqueza para compreendermos o contexto sociocultural em que o programa está inserido – afinal, a televisão é “embebida” da vida social cotidiana que, por sua vez, também bebe da televisão (FRANÇA, 2006; SILVERSTONE, 2002). Em outra dimensão, temos também a forma como a própria narrativa se coloca diante da situação que constrói, valorizando certos aspectos e sentidos em relação a outros – o que revela informações importantes sobre a mídia televisiva que analisamos.

A ética do dia a dia

São os valores e padrões ético-morais que nos orientam no seguir dos dias. Antes de uma análise da nossa empiria, é importante definirmos a perspectiva teórica que encontramos para tratar dessas formulações éticas e morais, isto é, valores e normas.

Uma definição mais didática nos é oferecida por Habermas (1997). As normas regulam nossa conduta moral no mundo, enquanto os valores nos demonstram o que, no mundo, é “melhor” ou “bom”, digno de apreciação. O autor também aponta que as normas são formulações universais, generalizadas, que caem sobre o ombro de todos nós: o *certo* deve ser o *certo* para todos, e assim se constitui uma *norma*; em um sistema de normas, uma não pode ir contra a outra. Os valores, por sua vez, são “preferências compartilhadas intersubjetivamente” (HABERMAS, 1997, p. 316) que definem nossa relação com o mundo, mas “competem” entre si; o campo dos valores é um campo de hierarquias em tensão.

Essa concepção, por sua vez, não revela a total complexidade da nossa relação como indivíduos morais. Para revelá-la, uma questão pode ser feita: por que seguimos algumas normas com tanto afincamento que assumimos um caráter de regra? Livet (2009) responde essa pergunta ao observar os comportamentos supererrogatórios dos indivíduos. Trata-se dos momentos em que, conscientes de uma norma ou regra, agimos para além do nosso dever: quando, como ilustra o autor, estamos em um parque em que é proibido jogar lixo no chão e, para além da nossa própria responsabilidade individual, também recolhemos “os papéis deixados pelos visitantes que [nos] precederam, [sendo esses outros visitantes] menos preocupados em respeitar as normas do parque” (LIVET, 2009, p. 48).

Essa reação emocional às normas revela que, se vejo uma norma como *regra*, se a reconheço em sua importância ou necessidade, estou também reconhecendo um *valor* presente nela – seja, no exemplo dado, o valor da limpeza, da ordem, da natureza. Segundo Livet (2009), se transgredimos uma norma e sentimos *culpa* pela transgressão, percebemos que há ali um valor importante para nós que foi

transgredido. Isto porque nossa adesão a valores nos obriga a uma sujeição, uma auto-obrigação; quando vamos contra o que acreditamos, estamos indo contra *nós mesmos* como sujeitos ético-morais.

Afinal, na “dimensão dos valores, nós também tomamos posicionamentos sobre nós mesmos” (JOAS, 2000, p. 16, tradução nossa). Nossos sentimentos morais – raiva, culpa, vergonha – vêm quando notamos uma contravenção nossa ou dos outros àquilo em que acreditamos, consideramos ideal ou necessário, importante ou bom; àquilo que valorizamos. Nos apegamos a nossos valores porque eles fazem parte do entendimento de *quem somos no mundo*; esses sentimentos, portanto, “contêm uma referência a nós mesmos” (JOAS, 2000, p. 132, tradução nossa).

Um último aspecto da nossa relação com valores e a forma como nos associamos a eles se encontra no território da *ação*. Segundo Joas (2000), em nosso cotidiano não temos total consciência crítica do que temos como nossos valores de fato. Muitas vezes, quando justificamos nossos valores, estamos dando as respostas que acreditamos que nossos interlocutores gostariam de ouvir. Outras vezes, a justificação de certos valores – como o valor da *família, segurança, civilidade, sacralidade* – parecem impensáveis (JOAS, 2000), pela *firmeza* que têm; a importância desses valores parece já “dada” a priori, está corporificada em nós, em nossas práticas e em nossas instituições, de forma que não parece cabível ou necessária uma justificação.

Joas (2000) afirma que é, portanto, no terreno da ação que a nossa *adesão* aos valores se revelará. Um valor se torna *valor de fato* ao indivíduo quando não lhe resta opção exceto se sujeitar a ser orientado por ela; revelamos aquilo que apreciamos quando agimos de acordo com esse bem. Não são raras situações cotidianas em que percebemos que agimos de forma diferente daquela que supostamente acreditamos ser a “melhor”; descobrimos que nos importamos mais com determinados aspectos da vida do que outros; desvalidamos aquilo que é tomado como socialmente “certo” – uma norma ligada a alguma instituição social – para agirmos com aquilo que nos parece “bom” – um outro valor. De fato, nossas ações “podem ser questionadas mediante a alusão a valores declarados, assim como os valores revisados mediante alusão à práxis vivenciada” (JOAS, 2012, p. 130).

E se o “certo” e o “bom” são tensionamentos acionados por normas e valores, o que podemos considerar “justo”? Aristóteles considera a justiça como uma virtude *completa* que organiza os humanos para um ideal de justiça tanto para um *mim* quanto para *os outros*. Justiça é, por definição, uma questão distributiva: “é aquilo em virtude do qual se diz o que o homem justo pratica, por escolha própria, o que é justo, e que distribui, seja entre si mesmo e um outro, seja entre dois outros [...]

de maneira a dar o que é igual de acordo com a proporção” (ARISTÓTELES, 2003, p. 129). A justiça é um valor que deseja garantir, dessa forma, que aquilo que é *bom* seja alcançado por uma sociedade, comunidade, grupo.

Como argumenta Michael Sandel (2009), não há como remover a concepção do que consideramos como *justo* da concepção do que consideramos, em nossas identidades, como uma *boa* vida, ou seja, uma vida ligada aos nossos ideais, aos nossos valores. A justiça, segundo o teórico neoaristotélico, tem uma dimensão teleológica, isto é, ligada ao propósito: o critério para consideramos algo justo ou injusto tem a ver com o propósito que damos às coisas e aos bens do mundo. Isto não significa uma visão sem conflito do mundo: definir o tólos, isto é, o propósito das coisas, bens e instituições do mundo é uma tarefa que não é óbvia, mas, sim, contestável (SANDEL, 2009). As discussões sobre o que é justo e não estão, dessa forma, relacionadas às concepções de “boa vida” ou de algum *futuro desejado*, que, por sua vez, estão ligados aos valores e bens que tomamos como fundamentais.

O Outro e a mídia

Os valores e normas são as forças que orientam nossas ações – mas a quem nossas ações estão direcionadas? Na extremidade do terreno moral, na qual muitas vezes sofremos sem saber a maneira devida de agir, está a figura do *diferente*, do *estrangeiro*, do *Outro*. A ideia de Outro na filosofia de Emmanuel Levinas (1980) é o indivíduo estranho a um *Mesmo* ou a *Mesmos*, estranho a um *Eu* ou a *Nós* – de forma que, *Eu* e o *Outro* “não somos nem totalmente iguais, nem implacavelmente diferentes” (SILVERSTONE, 2002, p. 11, tradução nossa). O Outro pode ser qualquer indivíduo em que eu veja alguma assimetria, diferença ou estranheza que me exija construir com ele uma relação de alteridade. O Outro é, como apontado por Roger Silverstone (2002), uma *preocupação* – mesmo que ele nunca tenha pedido ou falado para que eu me preocupe. Somente a presença do outro já nos coloca em um terreno moral: *o que eu posso fazer pelo bem dele? Como ser responsável diante desse indivíduo?* Nasce em nós um comando, nunca dito por ninguém, que nos torna seres morais diante desse Outro; a moralidade é o que preenche o terreno entre mim e o Outro. Como explica Bauman, em sua leitura da ética levinasiana, o Eu toma a “responsabilidade como se não fosse eu que a tomei, como se a responsabilidade não fosse para tomar ou rejeitar, como se ela ‘já’ estivesse lá e ‘sempre’, como se ela fosse minha sem nunca ter sido tomada por mim” (BAUMAN, 1996, p. 106-107).

O modo como tratamos esses Outros – essas figuras “estrangeiras” – muitas vezes vem do que conhecemos sobre eles, suas representações circulantes na

sociedade e a forma como a mídia o representa. De fato, “a mídia é atualmente uma das grandes responsáveis pelo contato reflexivo dos sujeitos com os ‘outros’ e com a sociedade” (MARQUES; MARTINO, 2016, p. 39). Em uma sociedade cujo cotidiano é atravessado pela mídia (FRANÇA, 2006; SILVERSTONE, 2002) – principalmente pela televisão – nós estamos “cada vez mais dependentes dela [da mídia] para definir nossa conduta em relação ao Outro, principalmente o *outro distante*, que só nos torna visível por meio do midiático” (SERELLE, 2016, p. 84).

Uma representação mais completa e ética, portanto, nasce de uma distância apropriada do Outro, que “preservaria o outro pela diferença como também pela identidade compartilhada” (SILVERSTONE, 2002, p. 14, tradução nossa). Uma representação do Outro que não seja violenta para esses indivíduos marginalizados ou fora do status quo social deve “contemplar o desejo e a necessidade de estar com o outro, de acolhê-lo, de respeitá-lo, de aceitar o desafio que o outro nos lança por meio da sua singularidade, da sua diferença” (MARQUES; MARTINO, 2016, p. 42). O Outro também é um desafio do terreno moral para a mídia e a televisão: a forma como ele é representado, mostrado e comentado no espaço midiático diz muito sobre as dificuldades, preconceitos e fobias existentes na nossa sociedade – e sobre os aparatos ideológicos por trás dessas representações violentas.

Enquadramentos da injustiça no “Vai fazer o quê?”

Os dois episódios do “Vai fazer o quê?” analisados aqui foram apresentados nas edições do *Fantástico* em comemoração ao Natal – um em 2013, e o outro em 2016. Ambos tentam tematizar, de uma forma semelhante, questões sobre solidariedade e o “espírito natalino”, que estaria – ou deveria estar – presente na conduta das pessoas durante essa época do ano. Também abordam a desigualdade de renda das pessoas – e o conseqüente estilo de vida que indivíduos pobres levam nas grandes cidades brasileiras.

“Especial de Natal 2013”

Exibido no dia 22 de dezembro do ano, o experimento televisivo acontece dentro de um shopping center no Rio de Janeiro. O apresentador Ernesto Paglia, descendo as escadas rolantes na primeira passagem do episódio, nos introduz ao problema retratado: “O natal é muito bacana. Desperta na gente os melhores sentimentos. Desperta a solidariedade, a vontade de presentear a família, os amigos e até quem a gente não conhece, quando a gente sabe que a pessoa está realmente

precisando”. O jornalista continua: “Mas será que alguém seria capaz de levar vantagem, se aproveitar de sentimentos tão nobres? [...] Se você vir alguém que se diz necessitado tentando pegar brinquedos doados a uma entidade [...] você vai fazer o quê?”.

O experimento acontece em um estande de doações para o Lar Tia Lorena – uma entidade fictícia de ajuda a crianças – no corredor de um shopping. Nele, temos dois atores realizando os seguintes papéis: a Funcionária do ponto de doações, uniformizada, que recebe as doações das pessoas e que lidará diretamente com o Pai. Esse ator se apresenta como um homem de trajas simples, segurando uma sacola plástica com seus pertences. Mesmo constrangido, ele estará determinado a pedir um brinquedo doado para sua filha, negociando com os sujeitos comuns e a Funcionária, na justificativa de que ele não tem dinheiro para comprar um presente de Natal.

Enquadramentos acionados

Antes de tudo, devemos nos perguntar: o que esta cena põe em jogo – e o que ela parece esperar dos seus participantes acidentais, os sujeitos comuns? Trata-se ali de uma situação que coloca em jogo uma dialética de *confiança* e *desconfiança*, *negligência* e *responsabilidade* – dialética que está voltada ao Outro representado nessa cena: o pobre pai, para os que na súplica dele acreditam. “Eu estou vendo aqui é para doar para quem precisa. Eu estou precisando. Deixa eu levar isso para minha filha no Natal?”, apela o Pai, quando a cena se inicia. “Eu tenho quatro filhos lá em casa, estou desempregado e só queria poder dar essa boneca para a Rosa.”

A verdadeira pergunta feita pelo programa nesse episódio, antes mesmo do “o que você vai fazer”, é “podemos confiar em quem nos pede ajuda?” Parece haver um enquadramento norteador, operando ao fundo do experimento, que é: no mundo em que nós vivemos hoje, *agimos com desconfiança e medo de sermos enganados por aqueles que nos pedem ajuda*. Esse sentido é reforçado pelos trechos de notícias de instituições de caridade corruptas exibidos entre as cenas, como também pela participação da professora A. M., que desconfiou da intenção do ator. “O mundo está tão descrente que a gente acaba não acreditando nas pessoas”, ela relata para Paglia, em entrevista após a cena.

A dona de casa M. M. vê alguma verdade ou crença na situação do Pai, mas não parece ver muita razão no pedido por uma doação do estande. “Vamos em uma loja e a gente compra uma bola e uma boneca. Ela [a Funcionária] falou que não pode mexer nesses [brinquedos] aqui”, ela diz. Essa participação, em específico, ilustra bem as duas provocações que são feitas pela cena e que podem ser traduzidas em dois questionamentos: 1) é justo que esse pobre homem leve as doações deixadas

em um shopping?; e 2) *para além do seu pedido, eu devo fazer algo – e o que devo fazer – para esse homem?*

O primeiro questionamento parece de uma resposta fácil para as pessoas, ainda que de não tão clara justificação: *não, não é justo que ele leve*. “Infelizmente, existem regras que a gente tem que seguir em nossa vida. E eu entendo que você queira levar uma boneca para a sua filha. Mas aqui não é o lugar apropriado para fazer isso”, diz a psicóloga L. B. ao Pai, com cuidado e gentileza. Outros são mais agressivos: “Isso aqui é para o senhor *trazer* para alguém, e não *levar*. Por favor, devolva. Aqui é uma instituição de criança pedindo ajuda. [...] Tu não vai meter mais a mão em porra nenhuma aí”, diz o policial L. M. ao entrar no meio da conversa do Pai e da Funcionária.

A ótica aristotélica (SANDEL, 2009) pode nos ajudar a entender o frequente posicionamento contrário dos sujeitos comuns à ideia do Pai levando as doações deixadas no posto do shopping. Trata-se de uma questão de propósito, ou seja, do *télos* das doações: se elas foram deixadas ali para beneficiar as crianças de determinada instituição, é injusto que elas caíam em outras mãos – no caso, as do Pai.

A segunda provocação gerada pela cena convoca os participantes a se questionarem: *devo fazer algo por esse homem – e se sim, o que devo fazer?* As reações das pessoas diante desse questionamento evidenciam o que Joas (2000) aponta como a dimensão criativa da ação: é apenas no terreno do momento e no curso da ação que podemos saber, de fato, o que faremos com o que temos em mãos. Se a presença do Outro nos convoca um comando a fazer algo, a sermos morais, preencheremos esse comando com os sentidos sobre o que é “o bom” para esse Outro – que vem de um repertório socialmente construído (BAUMAN, 1996). A maioria tem a ideia de comprar um presente para o Pai em alguma das lojas do shopping. Já a psicóloga L. B. age de outra forma: “Você não acha que isso [o pedido pelo brinquedo] representa outra coisa?”. Ela segura a mão da Pai e o leva para um canto do shopping para conversar – sem suprir a necessidade do presente pedido pelo homem, ela acredita que o melhor para esse Outro é dar alguma atenção.

Ser responsável pelo Outro – isto é, fazer o que se considera o bem do Outro – é sempre um terreno incerto. Os riscos são apontados por Bauman (1996): por um lado, reside o perigo de nunca termos feito o suficiente, afinal, a moralidade é medida pelo comportamento dos santos; “podemos sempre fazer melhor”, como afirma Livet (2009, p. 49). Por outro lado, existe o risco de *fazermos demais* – nosso cuidado com o Outro pode rapidamente se tornar um agir violento, opressivo. Se nossa relação com o Outro exige uma distância apropriada, é difícil, por sua vez, medi-la.

Há outro conflito que reside de forma latente na narrativa do episódio, mas que revela um aspecto muito importante da representação do Pai, esse Outro pobre e necessitado. A expressão de emoções como *medo*, *suspeita*, *raiva* diante desse homem dão vazão a esse conflito: a presença daquela figura pedinte e pobre dentro de um shopping center – um espaço que representa um antro do consumo numa sociedade capitalista – é incômoda. Percebemos isso na fala de uma entrevistada que não entrevistou na cena, mas procurou um policial para “resolver” a situação que observava; ou na desconfiança da professora que sente medo de ajudar; ou na raiva explícita do policial que vê o homem como alguém de fato intruso, indevido. Mesmo que esses indivíduos não tenham agido por se sentirem incomodados pela presença daquele sujeito, o que observamos no quadro do “Vai fazer o quê?” parece, ainda que acidentalmente, nos apontar para um conflito social constitutivo das relações em nosso país.

Em nosso país, shopping centers, mesmo que supostamente de acesso livre, não parecem ter sido feitos para *todos* – e, sim, para determinados públicos com determinado poder de aquisição. Essa segregação “velada” pode ser explicada pelo que o psicanalista Christian Dunker (2015, p. 52) chama de *lógica do condomínio* na sociedade brasileira, uma lógica que tenta “excluir o que está fora de seus muros; portanto, no fundo, não há nada para pensar na tensão entre esse local murado e o seu exterior”. São muros de defesa, concretos ou simbólicos, que grupos da sociedade constroem para eliminar a presença incômoda do Outro. O detrito e o estranho – aquele quem não tem o mesmo estilo de vida e poder econômico que eu – devem permanecer fora. Para a vizinhança do familiar, o estranho possui apenas três destinos, como afirma Bauman: “ou como inimigo a ser combatido e expulso, ou como hóspede admitidamente temporário a ser confinado a zonas especiais e tornado inofensivo por estrita observância do ritual isolante, ou como futuro próximo, [...] comportar-se como se comportam os próximos” (1996, p. 212). Podemos visualizar na figura do Pai um Outro admitido, mas temido, suspeito, estranho.

“Especial de Natal 2016”

O “Especial de Natal de 2016” foi o único episódio do “Vai fazer o quê?” exibido nesse ano, com cerca de oito minutos. Ele também tenta “avaliar” as virtudes do “espírito natalino” dos brasileiros. O experimento, feito na Praça Nossa Senhora da Paz, na cidade do Rio de Janeiro, é introduzido por Paglia: “É Natal e as pessoas só pensam em festejar, trocar abraços, presentes, e tem no ar aquele sentimento de solidariedade. É época de ajudar as pessoas, os que mais precisam, os necessitados”, afirma o apresentador. “Mas, na maior parte das vezes, o sentimento fica só nisso. É só intenção”.

O que nos é mostrado a seguir é um experimento televisivo baseado em uma história bastante marcante na cultura cristã brasileira: o nascimento de Jesus Cristo. Paglia explica: um casal está em uma praça, “a moça está grávida de nove meses, quase tendo o bebê. O marido se chama José, ela se chama Maria, e o bebê... bem, a gente conhece muito bem essa história, ela é muito antiga. Tem 2016 anos.”

Temos dois atores nessa cena: Maria, uma mulher grávida de nove meses, e seu marido, José, pedem abrigo para transeuntes. Com roupas muito simples, e todos os seus pertences em mãos, eles contam aos sujeitos comuns que acabaram de chegar no Rio e que estavam à espera de um primo que iria recebê-los – mas que nunca veio. Assim, eles precisariam de um abrigo apenas por *uma noite*, para evitar correr o risco de entrar em trabalho de parto na rua. “Vamos ver agora como a cidade grande recebe Maria, José e o menino que está por vir”, comenta Paglia ao dar início à cena.

Enquadramentos acionados

O questionamento moral que a cena coloca aos seus participantes é: “se Maria e José vivessem no mundo em que vivemos hoje e buscassem ajuda na cidade do Rio de Janeiro, eles receberiam alguma ajuda?” Eles serão ouvidos – e o que aqueles que os ouvirem irão fazer? Parece também haver um questionamento de fundo voltado à própria identidade moral do brasileiro: *o brasileiro das grandes metrópoles é capaz de ouvir um suplício de socorro?* Isto é, ele é hospitaleiro, ele se importa?

No entanto, como observamos na fala de Paglia, o próprio programa já parece levar em conta que as cidades grandes são espaços inóspitos, onde nossos sentimentos de solidariedade não se tornam ação – “fica só na intenção”. A falta de atenção dada ao casal é uma das primeiras observações feitas pela narração de Paglia, que monitora a cena dentro de uma van, observando as câmeras escondidas.

No entanto, aqueles que *escutam* parecem compartilhar de um lugar afetivo com a história daquele casal. Maria conta que veio “tentar a vida” no Rio de Janeiro para o porteiro A. J., que logo oferece: “Eu tenho uma quitinete, sendo que está inacabada [...]. Fica na comunidade, pode ser?”. Em entrevista com Paglia, o participante conta que veio da Paraíba e que, ao chegar na capital carioca, também não foi bem recebido – o que, segundo o próprio entrevistado, faria muita diferença em sua vida e, portanto, “a gente tem que ajudar o próximo”. Em outro momento, o casal consegue a atenção da empregada doméstica R., que conta a José que, assim como ele, veio de fora – de Minas Gerais. Logo, ela oferece ajuda aos dois: “Eu posso levar vocês para o meu trabalho, deixar ela [Maria] descansando um pouquinho na

minha cama”. Quando o ator pergunta à participante se alguém da casa acharia ruim a presença deles, ela responde que não, “eu falo com meu patrão. A gente está no mundo para ajudar os outros. Não estou fazendo nada de errado não”. Quando o apresentador revela a cena e a entrevista diante das câmeras, R. explica, chorando: “Minha filha briga porque eu tenho mania de ajudar as pessoas na rua sem conhecer. [...] Com o pouco que a gente tem, a gente tem que ajudar as pessoas”.

Há nessas duas participações uma solidariedade que parece nascer do seguinte entendimento: *sei o que vocês estão passando e isso, mais do que tudo, me motiva a ajudá-los*. Esses Outros, para os poucos participantes do episódio, não são necessariamente *estranhos*. Maria e José não parecem ser tratados como *pessoas como vocês* pelos dois sujeitos comuns, mas, ao contrário, parecem ser vistos como *pessoas como nós*. Há uma relação de comunidade, de identificação e associação – a ação moral parece estar ligada a uma “obrigação de solidariedade”, como conceitua Sandel (2009), em que nós sentimos uma responsabilidade imediata perante aqueles com que nós partilhamos uma identidade ou origem. Parece também haver um entendimento do valor de *tentar a vida na cidade grande*, que torna a alteridade um lugar muito mais possível entre os participantes e os atores: compartilha-se do sentido de que *a cidade grande é um lugar de oportunidades*; ou que, pelo menos, é compreensível o desejo de tentar a vida “*aqui*”.

Maria e José chegaram na cidade na esperança de melhores condições financeiras para a família que vão formar – e isso não é recebido com espanto por ninguém. Isto porque as famílias *batalhadoras*, como nomeadas por Jessé Souza (2012), estão muito presentes em nosso imaginário e convivência social. A família se torna mais do que uma estrutura afetiva, se torna um meio de sobrevivência social e econômica; passa a concentrar “as funções que, em momento anterior ao capitalismo, estiveram restritas às corporações: a produção e controle do trabalho produtivo” (SOUZA, 2012, p. 147). O valor da *vida produtiva* das grandes cidades parece ser tão reconhecido por todos os participantes – e em nossa sociedade – que parece nem precisar ser justificado.

Um questionamento que parece residir ao fundo desse episódio, por sua vez, está na própria injustiça ali representada: a pobreza que torna Maria e José desiguais naquele centro urbano. Uma pergunta é feita ao telespectador, mesmo sem que a própria narrativa do “Vai fazer o quê?” esteja tão consciente disso: *como lidamos com o Outro pobre – e com o fato de que pessoas tão fisicamente próximas vivem vidas tão díspares?* A “vista grossa” de muitos transeuntes à condição do desabrigo revela que tratamos a desigualdade de uma forma bastante naturalizada. Como apontado por

Souza, o que “nos afasta das sociedades ‘moralmente superiores’ é que exploramos, aceitamos e tornamos fato natural e cotidiano conviver com gente sem qualquer chance real de vida digna sem ter nenhuma culpa nisso” (2015, p. 245). Até o modo como os interventores da cena lidam com esses Outros revela alguma naturalidade com as condições marginalizadas em que eles se encontram – como se, ao fundo, residisse o entendimento de que “as coisas são assim, o mundo é assim”.

No entanto, é difícil não ver algo catártico no sacrifício feito por aqueles que se sensibilizaram com Maria e José. A empregada doméstica R. oferece a casa do próprio patrão, o porteiro A. J. oferece sua própria quitinete em construção – e essa responsabilidade parece ser menos um peso ganhado e dificilmente suportado, e mais um ato moral que nasce da construção de uma alteridade real com o Outro – nos moldes da ética de Levinas (1980), aquele Outro é ou está bem perto de ser uma Face que me comanda. Se o status quo da urbanidade é o individualismo espiritual, como descrito por Simmel (2005), temos aqui uma força moral que o quebra, um sacrifício que vai contra a lógica dos grandes centros urbanos; uma virtude que é exaltada pelo programa como aquilo que deveria constituir um “espírito natalino”.

Considerações finais

Ambos os episódios parecem construir suas cenas com base no conflito entre os seguintes valores: o individualismo – que diz “eu só me responsabilizo por aquilo a que me voluntario”, ou “eu rejeito o comando moral a que a presença desse Outro me convoca” – e a solidariedade – que diz “eu sou responsável e me vejo comprometido sem que eu precise me perguntar se sou responsável ou se devo me comprometer”.

Enquanto o “Vai fazer o quê?” celebra o agir virtuoso, orientado pelo valor da solidariedade, ele também parece apontar para um lado moral da nossa sociedade que é aquilo de que comumente temos medo: de que nós, brasileiros, somos indivíduos essencialmente imorais. Existe no senso comum a ideia preconceituosa de que “o Brasil seria forçosa e definitivamente corrupto devido a certas práticas e comportamentos – o jeitinho, a malandragem, o político ladrão – que [...] fazem parte de um suposto caráter brasileiro” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 504). O programa, nesses dois episódios, parece constantemente acionar esse conjunto de sentidos que configuram um imaginário da moralidade do brasileiro – na qual muitas vezes nos reconhecemos como imorais por natureza (AVRITZER et al., 2012). O programa parece, portanto, tentar, de alguma forma, dar luz a outra possibilidade de imagem de si para o público, ao destacar e celebrar o sacrifício que os sujeitos comuns fazem por estranhos em necessidade.

Enquanto o agir moral em direção ao Outro é comemorado por essa narrativa midiática, o programa muitas vezes se mostra incapaz de tematizar as próprias injustiças que causam a marginalização e dor desse Outro. Ele discute as possibilidades de ação diante daquele Outro que vemos como injustiçado, mas não fala, em momento algum, o que torna esse Outro um injustiçado.

Se a mídia deve ser um lugar em que possamos refletir sobre a singularidade da existência de indivíduos marginalizados (MAIA; CAL, 2014; MARQUES; MARTINO, 2016), ela precisa levar em conta uma crítica às ideologias existentes no senso comum que tornam naturais certas diferenças, desigualdades, opressões que mantêm o Outro em seu lugar de estranheza diante de um Nós. Essas ideologias, como descritas por Hall (2003) ao retomar o pensamento de Althusser, estão cristalizadas nos discursos cotidianos dos sujeitos e operam sem que por eles sejam percebidas. Elas oferecem representações que regulam e mantêm certas relações sociais de poder e uma ordem social – como, por exemplo, a meritocracia, que apaga a dimensão sistêmica da desigualdade de classe e coloca a disparidade em questões de mérito próprio (SOUZA, 2015).

Talvez o mais revelador do “Vai fazer o quê?” é que ele, para além da tentativa de ser um laboratório televisivo que examina a moralidade dos brasileiros, é muito mais uma evidência do quanto a nossa televisão bebe dos discursos do senso comum – e da própria inserção da TV no cotidiano e do cotidiano na TV. Nossa sociedade tem grandes dificuldades de compreender a complexidade das raízes de suas injustiças cotidianas e não consegue chegar perto da dimensão mais dolorosa da relação entre um Nós e os Outros. O “Vai fazer o quê?” pode ser uma oportunidade de questionarmos muito mais do que aquilo que podemos e poderíamos fazer pelo Outro; levando em conta um quadro geral, ele nos leva ao seguinte questionamento: o que nossa mídia está fazendo por Nós – e o que ela nos ensina e ainda pode nos ensinar sobre a nossa difícil relação com o Outro?

Referências

ARISTÓTELES. “Livro V”. In: ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Martin Claret, 2003. p. 121-138.

AVRITZER, L. *et al.* “Introdução”. In: AVRITZER, L. *et al.* (org.). *Corrupção: ensaios e críticas*. Belo Horizonte: UFMG, 2012. p. 11-18.

BATESON, G. “Uma teoria sobre brincadeira e fantasia”. In: RIBEIRO, B.; GARCEZ, P. (org.). *Sociolinguística interacional: antropologia, linguística e sociologia em análise do discurso*. Porto Alegre: Age, 1998. p. 57-69.

BAUMAN, Z. *Ética pós-moderna*. São Paulo: Paulus, 1996.

DUNKER, C. “A lógica do condomínio”. In: DUNKER, C. *Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros*. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 47-107.

FRANÇA, V. R. “A TV, a janela e a rua”. In: FRANÇA, V. R. (org.). *Narrativas televisivas: programas populares na TV*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 87-105.

GOFFMAN, E. *Frame analysis: an essay on the organization of experience*. Boston: Northeastern University Press, 1986.

HABERMAS, J. “Normas versus valores: crítica a uma autocompreensão metodológica falsa do controle da constitucionalidade”. In: HABERMAS, J. *Direito e democracia: entre facticidade e validade I*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. p. 314-323.

HALL, S. “Significação, representação, ideologia: Althusser e os debates pós-estruturalistas”. In: HALL, S. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. p. 160-198.

JOAS, H. *The genesis of values*. Chicago: The University of Chicago Press, 2000.

JOAS, H. *A sacralidade da pessoa: nova genealogia dos direitos humanos*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

LEVINAS, E. *Totalidade e Infinito*. Lisboa: Edições 70, 1980.

LIVET, P. *As normas: análise da noção, estudo de textos: Wittgenstein, Leibniz, Kelsen, Aristóteles*. Petrópolis: Vozes, 2009

MAIA, R. C. M.; CAL, D. “Recognition and ideology: assessing justice and injustice in the case of child domestic labor”. In: MAIA, R. C. M. (org.). *Recognition and the media*. London: Palgrave Macmillan, 2014. p. 73-102.

MARQUES, Â. C. S.; MARTINO, L. M. S. *Mídia, ética e esfera pública*. Belo Horizonte: PPGCOM–UFMG, 2016.

MENDONÇA, R. F.; SIMÕES, P. G. “Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 27, n. 79, p. 187-235, 2012.

SANDEL, M J. *Justiça: o que é fazer a coisa certa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SEPULVEDA, L. A. *Enquadramentos da injustiça: conflitos éticos e morais na narrativa de “Vai fazer o quê?”*. 2017. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, Belo Horizonte, 2017.

SERELLE, M. “A ética da mediação: aspectos da crítica da mídia em Roger Silverstone”. *MATRIZES*, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 75-90, 2016.

SILVERSTONE, R. “Complicity and collusion in the mediation of everyday life”. *New Literary History*, London, v. 33, n. 4, p. 1-27, 2002.

SIMMEL, G. “As grandes cidades e a vida do espírito (1903)”. *MANA*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 577-591, 2005.

SOUZA, J. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

SOUZA, J. *A tolice da inteligência brasileira*. São Paulo: LeYa, 2015.

Referências audiovisuais

“VAI fazer o quê? Especial de Natal 2013”. *Fantástico*. Rio de Janeiro: Globo, 22 dez. 2013.

“VAI fazer o quê? Especial de Natal 2016”. *Fantástico*. Rio de Janeiro: Globo, 25 dez. 2016.

Submetido em: 21 ago. 2019 | Aprovado em: 16 abr. 2020